

O ETERNO RETORNO DA LENDA DE SÃO TORPES

A primeira inscrição islâmica encontrada em Sines

A exposição "Memórias da Praia de São Torpes" apresenta pela primeira vez, ao público, aquela que é certamente a mais importante descoberta arqueológica realizada em Sines nos últimos anos: a epígrafe islâmica encontrada no castelo, que veio permitir, finalmente, incidir alguma luz sobre um período que até agora tinha escassa visibilidade na história local.

A sua descoberta ocorreu no ano de 2007, durante as obras de recuperação das antigas Casas do Governador, com vista à instalação definitiva do Museu, quando se procedia à abertura de uma porta de ligação entre a antiga Casa da Guarnição e o rés-do-chão do paço, no local onde existia uma pequena fresta de ventilação do espaço que servira de estrebaria, no tempo de Estêvão da Gama (1480), e de cozinha na época de Jorge Furtado de Mendonça (1533). A verga deste pequeno vão era constituída por um monólito de calcário fétido de Trigaches, que, pelas suas proporções, correspondia inequivocamente ao fragmento de uma antiga pilastra visigótica, reaproveitada, à semelhança de muitos outros elementos da mesma origem, alguns dos quais foram

deixados *in situ* como testemunho da longa história destes materiais arqueológicos e da importância da leitura de uma Arqueologia Vertical, ou Arqueologia da Arquitetura.

O fragmento de pilastra apresentava-se desbastado, com a superfície aparentemente lisa. No entanto, à luz rasante revelou uma inscrição islâmica que havia sido gravada na superfície. De novo nos veio à memória a lenda de São Torpes, tal como já acontecera com D. Fernando de Almeida, que refere que a antiga igreja alto-medieval poderia ter sido destruída em época muçulmana, ou pelo menos parte dela, e alguns dos seus materiais reutilizados numa nova construção. Já havia traços deste processo, como bem observou Paulo Almeida Fernandes, na cruz apagada da grande pilastra de Sines, mas agora estávamos perante um monumento epigráfico que poderia dar-nos elementos mais rigorosos.

Ana Labarta fez a leitura das seis linhas de escrita árabe de tipo cúfico inciso, a que falta a parte superior, com o começo, onde normalmente se diz "Em nome de Deus, Clemente, Misericordioso..." e uma referência a algo que "foi construída", "foi fundada".

No curto texto lê-se:

[... esta] rábida para que seja mencionado [o nome de Deus], se Deus quiser. E isso [foi] no mês de / Ramadão do ano 399. Pressione / Deus àquele que abjura de sua religião / como Deus subjogou Satanás

A data equivale a maio do ano 1009, da Era de Cristo, que utilizamos atualmente.

A fundação em Sines, na primeira década do século XI, de uma rábida deverá estar associada a uma nova estratégia de

[falta]

الرابعة ليذكر ان شاء
الله فذلك في شهر
رمضان من سنة تسع و
تسعين وثلثمائة زحم
الله من كفر دينه (?)
كسخر الله الشيطان

defesa, face a um significativo aumento da insegurança costeira, que surgiu num novo contexto marcado pelo misticismo sufi, que encontrou terreno fértil no al-Andaluz do século X, e pelo desejo de guerra santa. Apesar de se tratar de construções de clara função religiosa, diversos autores sublinham que o seu carácter defensivo é mais patente nas rábidas costeiras, que seriam dotadas de torres de vigia. Pavón sita Idrīsī, que refere uma rábida situada entre Almería e Mojácar, que, segundo ele, não era nem um castelo nem uma aldeia, mas sim um quartel onde estavam os guardas do caminho. Os promontórios e cabos, locais estratégicos mas isolados e onde a força da natureza acentua a pequena humana, foram pontos privilegiados de meditação e misticismo, sendo por isso natural que, no cabo de Sines, tenham existido, sucessivamente, uma igreja cristã e uma rábida, a qual aproveitaria o mesmo espaço edificado, depois de apagados alguns elementos mais explícitos da iconografia cristã.

O despertar de uma nova necessidade defensiva ficou a dever-se ao aparecimento da ameaça Viking. Sublinha Hélio Pires que, "segundo as crónicas asturianas, os piratas nórdicos só chegaram ao Ocidente Ibérico em 844, mas, de acordo com alguns estudiosos, várias passagens de textos árabes permitem colocar esse primeiro contacto na década de 790". A primeira incursão documentada no ocidente peninsular ocorreu em 844, no mesmo ano é documentado um ataque a Lisboa, por uma frota de 45 embarcações apoiadas por igual número de embarcações mais pequenas. Ibn Hayyān, citando al-Rāzi, refere que o emir 'Abd al-Ramān II, logo que recebeu a notícia deste ataque, pôs em alerta toda a costa. Após 13 dias de confrontos, seguiram para sul, não se sabendo de terão pilhado ou não outros pontos da costa. Um mês depois, estão

em Sevilha, o que dá espaço para que tais pilhagens tenham ocorrido.

Lisboa terá sido de novo atacada em 858 e, no ano seguinte, 60 embarcações voltam às nossas costas. Desta vez a documentação refere como dois navios, que se haviam adiantado, foram capturados pela frota muçulmana que patrulhava a costa de Beja.

Em 966, há notícia de um novo ataque a Lisboa, Alcácer do Sal e Algarve, desta vez terão sido 28 navios, derrotados pela frota muçulmana junto a Silves.

Por outro lado, em inícios do século XI o poder omíada apresentava-se enfraquecido e fragmentou-se em taifas, como as de Toledo, Badajoz, Sevilha e Silves, que muitas vezes lutam entre si, dando oportunidade a que os exércitos cristãos avançassem para sul. Fernando I avançou sobre o Mondego, conquistando Lamego (1057), Viseu (1058) e Coimbra (1064). Num golpe rápido, Toledo foi conquistada por Afonso VI, de Leão e Castela, no ano de 1085.

Para travar o ímpeto cristão, entram na Península os Almorávidas, povo africano recém-convertido ao Islão, que rapidamente impôs o seu poder sobre as taifas, restabelecendo um poder central e uma visão rigorosa do Islão

Neste contexto, a construção no cabo de Sines de uma rábita seria perfeitamente compreensível. No entanto, levanta-se uma questão fundamental: Que tipo de ocupação humana estaria esta rábita a defender? Um porto comercial? Uma povoação? Apenas um ponto de paragem nas rotas da navegação de cabotagem? Os dados são demasiado escassos para um conclusão minimamente segura, nem mesmo vaga,

apesar de alguns autores se terem abalançado em hipóteses diversas.

Sines está praticamente ausente das fontes islâmicas, apesar de alguns autores, como Cláudio Torres, defenderem a hipótese de que o topónimo corresponda a Marsā Hāšim, local onde existiria uma imponente igreja. Christophe Picard, lembra que o termo marsā não parece ser utilizado na costa atlântica para indicar um porto, como habitualmente o vemos, associado a uma cidade com atividade comercial, mas sim a um porto de abrigo com boas condições naturais de fundeadoiro, um ponto de paragem nas rotas da navegação de cabotagem onde existiriam as infraestruturas mínimas de apoio e se fixara uma pequena população dedicada à pesca e por isso sem particular relevo para os viajantes e sem ligações viárias ao seu *interland*.

Estes autores baseiam-se nos geógrafos muçulmanos:

Non loin de Mertola, près du bord de la mer, se trouve Marsā Hāšim: c'est une forteresse ancienne, où se trouvent des ruines antiques, ainsi qu'une grande église qui fut bâtie sous le règne du César Dioclétien [?] (Kasliyān). C'est au règne de cet empereur que remonte également l'église de Tolède connue sous le nom d'Église du Roi (Kanīsat al-malik). Ce César fut le premier qui fit brocher d'or ses vêtements et ses tentures. Ce fut le trente-quatrième des Césars.

Cat. 133 | *Inscrição Islâmica*
1009
Calcário fétido de Trigaches
A: 74cm; L: 28cm; Pr: 15 cm
Museu de Sines, Inv.º MS 1108



Lévi-Provençal, à semelhança de muitos outros, associa, no entanto, o topónimo Marsā Hāšim a Casto Marim, pela referência das fontes à sua proximidade a Mértola.

Christophe Picard concorda, por sua vez, com a hipótese lançada por Cláudio Torres, tendo em conta os vestígios da igreja tardo-antiga de Sines e diversos achados islâmicos na zona, assim como, naturalmente, pela sua posição estratégica na rota marítima entre o cabo de São Vicente e o rio Sado. Reforça a sua leitura referindo os materiais que viu no Museu de Sines, em particular nas 52 moedas e nas cerâmicas que considera revelarem uma ocupação muçulmana, não negligenciável, de época califal e omíada. Numa outra obra, refere-as mais detalhadamente:

là encore, un matériel de céramique et de monnaies musulmanes est déposé au musée et, selon une brève enquête orale, serait le résultat de ramassage et de trouvailles, sans fouilles, dans la ville actuelle et ses environs immédiats. Même sans publication de ce matériel, nous pouvons établir une présence allant de la fin du X^e siècle, à l'époque de la reconquête chrétienne et donc supposer que les musulmans furent présents dans ce site de manière à peu près permanente, permettant aux navires croisant dans les parages de relâcher en cet endroit.

Em nota relativa a esta passagem relembra:

Parmi les pièces de céramiques entreposées dans le musée, deux jarres, à couleur verte, ressemblent aux trouvailles de Silves des XI^e-XII^e siècles; sans aucune certitude. En revanche, les 49 monnaies, dont sept en or, offrent un échantillonnage, allant de l'époque d'al-Hakam II [961-974] à l'époque almohade, en passant par le XI^e siècle des reyes de taifas, l'époque almorávide et celle des taifas du XII^e siècle.

O autor foi, no entanto, induzido em erro, pois os numismas por ele vistos em Sines não foram encontrados no local, mas sim comprados no mercado antiquário por José Miguel da Costa e faziam parte da sua coleção pessoal.

Outros caminhos de investigação procuraram associar a "igreja do Corvo", das fontes islâmicas, à basílica de Sines. Al-Idrīsī, ao descrever a costa sudoeste, refere esta igreja do Corvo, sitiada a meio caminho entre Silves e Alcácer. Segundo este autor, seriam necessários a uma embarcação dois dias de viagem para ir de Silves até ao cabo onde se erguia a igreja e outros dois para chegar a Alcácer e igual distância a Lisboa. De Silves a Halc az-Zāwia, porto e aldeia, 20 milhas, daí a Sagres, cidade situada à beira-mar, 18 milhas, daí ao cabo de Al-Gharb, que avança pelo oceano, 12 milhas, e daí à igreja do Corvo, 7 milhas.

Al-Idrīsī refere ainda que a igreja não havia sofrido quaisquer alterações desde os tempos da dominação cristã. Possuía terras legadas pelos devotos e ofertas trazidas pelos peregrinos que aí acorriam. Situava-se sobre um promontório que avança pelo mar. Os corvos que davam o nome à igreja nunca se ausentavam e por isso os religiosos contavam histórias maravilhosas que, contadas por outros, pareceriam absurdas. Os peregrinos eram recebidos tradicionalmente com um grande banquete, que era uma velha tradição inalterada e antiquíssima, transmitida de geração em geração e consagrada por uma longa prática. A igreja era servida de

padres e religiosos, possuía grandes tesouros e receitas consideráveis, provenientes maioritariamente das terras que lhe haviam sido legadas.

O que fica claro da leitura destas fontes não é a imagem da Sines muçulmana, que permanece quase totalmente invisível, mas sim a coexistência religiosa de cristãos e muçulmanos nos territórios do Al-Andaluz. Assim se desmonta mais uma peça da construção de São Torpes, que sublinhava que cada mudança política e religiosa fora acompanhada pela total destruição de tudo o que ficara para trás. Na verdade, são cada vez mais claros os fenómenos de continuidade e de coexistência, as estratégias de negociação de sobrevivência e de diálogo, que obrigam a rever uma História feita de vencedores e vencidos.

Ana Labarta, I. I., R. E. P.

¹ *Visitação de Sines em 1480*, ANTT, Ordem de Santiago, Convento de Palmela, Maç. 1, doc. 29; publ. Luís Adão da FONSECA (1999) – Vasco da Gama e a Ordem de Santiago. In Isabel Cristina FERNANDES (coord.) – *Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura. Actas do II Encontro sobre Ordens Militares*. 1.ª ed.. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela.

² *Auto de Posse de 24 de Novembro de 1533*, ANTT, Ordem de Santiago, Coleção Especial, caixa 158. Publ. Pedro D. de Azevedo (1905) – *Auto de Posse de Castellos no Século XVI. O Archeologo Português*. X. p. 100-103.

³ D. Fernando de ALMEIDA (1962) – *Arte Visigótica em Portugal. O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos. Nova Série IV. p. 198.

⁴ Carmen MARTÍNEZ SALVADOR (2004) – *Sobre la Entidad de la Rábita Andalusí Omeya. Una Cuestión de Etimología: Ribāt, Rābita y Zāwiya*. In Rafael AZUAR RUIZ – *Fouilles de la Rābita de Guadamar. El Ribāt Califal. Excavaciones y Estudios* [1984-1992]. Madrid: Casa Velázquez. p. 173-175.

⁵ Basilio PAVÓN MALDONADO (2009) – *Tratado de Arquitectura Hispano-musulmana*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Vol. IV. Mezquitas [Ensayo de arquitectura religiosa]. p. 107-114.

⁶ Hélio Fernando Vitorino PIRES (2012) – *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*. Lisboa: s.n. (Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). p. 108.

⁷ Cláudio TORRES (1992) – *O Garb-Al-Andaluz*. In José MATOSO (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. I. p. 391-391.

⁸ Christophe PICARD (1997) – *L'Océan Atlantique Musulman. De la Conquête Arabe à l'Époque Almohade. Navigation et Mise en Valeur des Côtes d'al-Andaluz et du Maghreb Occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*. Paris: Éditions Maisonneuve; Larose / Éditions UNESCO. p. 210.

⁹ LÉVI-PROVENÇAL, E. (1938) – *La Péninsule Ibérique au Moyen-Age d'Après de Kit (b Ar-Rawd al-Mi't) r*. Leiden: E. J. Brill, S.A.. p. 232.

¹⁰ PICARD, Christophe, *op. cit.*, p. 87, nota 205. Há notícia sim do achado de um tesouro de moedas de prata islâmicas, na herdade de Monte Mudo, perto de São Torpes, mas de que se desconhece o paradeiro.

¹¹ Christophe PICARD (2000) – *Le Portugal Musulman (VIII - XIII siècle). L'Occident d'al Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve / Larose. p. 154.

¹² Christophe PICARD, *op. cit.*, p. 205, nota 81.

¹³ AL-IDRISI (1866) – *Description de l'Afrique et de l'Espagne par Edrisi*. Leyde: E. J. Brill. p.218-219.